
A COLONIZAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA DURANTE O GOVERNO DE EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI¹

Airton dos Reis Pereira²

Resumo

Este texto analisa a colonização às margens da rodovia Transamazônica, no município de São João do Araguaia, no sudeste paraense, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. Nesse município, a referida colonização se efetivou quando as Forças Armadas procuravam reprimir o movimento guerrilheiro dos militantes do PC do B na confluência dos rios Araguaia e Tocantins. Ali, não só os membros da Igreja Católica foram perseguidos, mas muitos trabalhadores rurais foram presos e torturados e/ou obrigados a serem guias do Exército na caça aos guerrilheiros. A partir de 1974, depois do aniquilamento da guerrilha, o INCRA abandonou o projeto de colonização e muitas famílias que haviam chegado de diversas partes do Brasil atraídas pela colonização, não tendo encontrado apoio do INCRA, passaram a ocupar inúmeros imóveis improdutivos com títulos definitivos ou de aforamentos, a começar por aqueles que margeavam a rodovia, causando intensos e prolongados conflitos com fazendeiros, proprietários dessas terras.

Palavras-chave: Colonização na Transamazônica; Repressão; Conflitos de Terra

¹ Este texto é uma versão atualizada do Capítulo 2 de minha Tese de Doutorado “A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Agradeço imensamente a Regina Beatriz Guimarães Neto, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e ao Raimundo Inácio Araújo, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), pelas leituras e pertinentes sugestões ao texto.

² Doutor em História (2013), pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus de Marabá. Endereço: Universidade do Estado do Pará. Av. Hiléia, s/n – Agrópolis do INCRA – Amapá. CEP: 68.502-100 – Marabá (PA). Endereço Eletrônico: airton@uepa.br.

1 INTRODUÇÃO

Antes de completar um ano de sua posse na Presidência da República, isto é, em 08/10/1970, Emílio Garrastazu Médici, em uma reunião extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), na cidade de Manaus (AM), em um discurso inflamado para uma plateia de empresários e políticos interessados em adquirir créditos subsidiados e grandes extensões de terras na Amazônia, considerou imprescindível a colonização, ao longo da rodovia Transamazônica porque, segundo ele, seria um esforço necessário para superar duas grandes dificuldades: trazer camponeses empobrecidos e trabalhadores rurais sem terra assolados pela seca no Nordeste para a Amazônia e com isso ocupar o que se entendia como “espaços vazios”. Uma das frases desse discurso que ficou muito conhecida foi a solução dos problemas “do homem sem terras no Nordeste e o da terra, sem homens na Amazônia [...]”. Nessas condições, para Médici, se impunha “a expansão do setor agropecuário nas regiões favoráveis, o aproveitamento dos jazimentos minerais e a industrialização na medida necessária, bem como, ao mesmo tempo, a redistribuição dos seus excedentes demográficos, ocupando espaços internos vazios, mas potencialmente poderosos, sobretudo no território de atuação da SUDAM [...]” (MÉDICI, 1970, p. 150) porque, segundo ele,

O atraso e a pobreza da Amazônia e do Nordeste, além de social e politicamente inaceitáveis, têm repercussões negativas que chegam a prejudicar fortemente a produção e a economia do Centro-Sul. Por não constituírem um mercado consumidor com efetivo poder de compra, essas duas regiões não participam substancialmente do mercado interno brasileiro, não contribuem para a diluição dos custos da produção industrial e, por sua baixa produtividade, deixam de fornecer matérias-primas necessárias à indústria do Centro-Sul (MÉDICI, 1970, p. 148).

Veja que esse discurso estava associado à política de desenvolvimento e de segurança nacional que esse e outros governos civis e militares haviam planejado para a Amazônia brasileira. Além de orientar a migração e controlar a ocupação das áreas ditas vazias, considerava-se atuar sobre os pontos de conflitos e tensões sociais em outras regiões do país, sobretudo no Nordeste, à medida que estimularia e apoiaria, financeiramente, a expansão de grandes grupos econômicos do Centro-Sul na Amazônia. Preserva-se, assim, nessa lógica, a concentração de enormes parcelas de terras nas mãos da iniciativa privada, ao mesmo tempo

em que concedia incentivos fiscais para que fossem investidos na criação de gado bovino. De acordo com Ianni (1979), a política de colonização de Médici foi adotada no sentido de realizar uma política de contra-reforma agrária no Brasil. Uma prática que visava “bloquear, suprimir ou reduzir às mínimas proporções a reforma agrária que os trabalhadores rurais estavam realizando” (IANNI, 1979, p. 137) por seus próprios meios tanto no Nordeste e no Sudeste do País, quanto na Amazônia.

O propósito deste trabalho é, portanto, analisar a implantação do Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC-Marabá), pelo governo de Emílio Garrastazu Médici, procurando problematizar as razões que levaram o Governo Federal a estabelecer parte deste projeto de colonização no município de São João do Araguaia, no sudeste paraense. Para tanto, foram fundamentais as informações propiciadas por diversos documentos como ofícios, panfletos, abaixo-assinados, cartas pastorais, relatórios e memorandos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foram indispensáveis ainda os relatos orais de posseiros, ex-colonos, religiosos, advogados e membros de partidos políticos, de STRs e da CPT.

2 PROGRAMA INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO MARABÁ (PIC-MARABÁ)

A previsão do governo era de instalar, sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),³ 100.000 famílias de trabalhadores rurais até 1974, em lotes de 100 hectares cada, nos denominados Programas Integrados de Colonização (PIC) Marabá, Altamira e Itaituba (HAMILIN, 1991; HEBETTE, 2004, vol. II). Para tanto, foram constituídas equipes de seleção dos interessados em diversas partes do Brasil, notadamente no Nordeste, num trabalho articulado entre o INCRA e diversas prefeituras municipais. Além do transporte para os núcleos de colonização e de um lote com uma área de 100 hectares, prometiam-se a cada futuro assentado: serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, dois hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra da produção e uma casa na agrovila. Segundo Contini (1976), o INCRA havia estabelecido, durante a seleção dos agricultores para os PICs Marabá, Altamira e Itaituba, uma cota de 70% para os interessados dos estados do Nordeste, 10% para os provenientes do Rio Grande do Sul

³ O INCRA foi criado por meio do Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970.

e 20% para os que viessem dos demais estados brasileiros. A preferência pelos agricultores do Nordeste era considerada levando em conta o excedente populacional e a tensão social ali verificada. Contudo, foi dada importância à introdução de tecnologias agrícolas nas áreas de colonização, composta por maioria nordestina. Por isso, buscou-se selecionar agricultores do Rio Grande do Sul a fim de possibilitar o que foi denominado de “efeito demonstração”. Ou seja, para o Governo Federal, os agricultores do Sul ensinariam os nordestinos a trabalhar com a terra na Transamazônica usando tecnologias modernas no trato da lavoura.

O denominado Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC-Marabá), conforme o planejamento proposto pelo Governo Federal, se estenderia por 529 quilômetros entre as cidades de Marabá e Altamira e ocuparia uma faixa de dez quilômetros de cada lado da rodovia Transamazônica. Além da distribuição de lotes, previa-se a construção de agrovilas, agrópolis e rurópolis localizadas em distâncias regulares ao longo da rodovia e a cada cinco quilômetros, uma vicinal, adentrando a floresta, cruzaria a estrada. Segundo o economista Reinkold Stephanis, um dos diretores do INCRA, as agrovilas formariam “um cinturão em torno das agrópolis, comunidade onde funcionar[i]am alguns serviços essenciais para o agricultor, como instalações para beneficiamento de produtos, armazéns e pequenos estabelecimentos comerciais, sendo que a cada 40 km da Transamazônica haver[i]a uma agrópolis, e a cada três agrópolis surgir[i]a uma rurópolis” (CNBB, 1976, p. 90).

Quando, de fato, se procurou executar o projeto de colonização, o *PIC de Marabá* acabou se posicionando em pequenos trechos nos municípios de São João do Araguaia e Itupiranga. Foi nesse último que o INCRA iniciou os seus trabalhos, mais precisamente na faixa de terra que está localizada entre o km 35 e o km 112, sentido leste da cidade de Marabá, compreendendo dois quilômetros do lado direito (entre a estrada e o rio Tocantins) e dez quilômetros do lado esquerdo da rodovia. Os lotes localizados na orla da estrada passaram a medir 500 x 2.000 metros e os do fundo 400 x 2.500 metros. Além de uma agrovila, o órgão construiu em cada lote uma casa de tábuas e um hectare de roça. Contudo, quando se fez necessário abrir as vicinais que constavam no mapa oficial do projeto, se percebeu que algumas delas passariam pelo meio de rios, pântanos ou escalavam serras. As terras situadas além da faixa de terras reservadas à colonização foram destinadas às grandes propriedades para a criação de gado bovino.

Já a faixa de terra localizada no município de São João do Araguaia, onde o INCRA procurou implantar o seu projeto de colonização, era totalmente ocupada por posseiros que

havia atravessado o rio Araguaia, nas décadas de 1950 e 1960, vindo do Maranhão, Piauí, Ceará e norte de Goiás. Ali estes trabalhadores rurais haviam construído os *centros*⁴ conhecidos por Santa Rita, Itamirim, Brejo Grande e Roncadeira. Ao executar a proposta de colonização, nesse trecho da Transamazônica,⁵ o órgão acabou entrando em conflito com os trabalhadores. Em um abaixo-assinado, com 806 assinaturas, encaminhado ao Presidente da República, por exemplo, mais de 4.000 posseiros das localidades conhecidas por São Domingos do Araguaia, Brejo Grande, Santa Rita, Açcaizal, São José, Palestina e São João do Araguaia, ao longo da Transamazônica, reclamavam da atuação do INCRA: muitos viram as suas terras serem entregues a outras pessoas ou serem reduzidas em seus tamanhos (PENA, 1976).

Foi nesse período, mais precisamente no final de 1972, que 62 famílias de Roncadeira, nas proximidades do Rio Araguaia, se acharam sobressaltadas quando o Sr. Vitor Linhares Marinho, assentado pelo INCRA, começou a fazer as suas roças e cercas de arame dentro do povoado. As famílias, sentindo-se prejudicadas, enviaram cartas ao Presidente da República e fizeram abaixo-assinados e diversas reuniões com a direção do INCRA em Marabá. Em uma dessas reuniões, depois de reiteradas reclamações, um funcionário do órgão chegou a ameaçar os moradores dizendo que iria derrubar todas as casas do povoado com um trator (PENA, 1976). Em outra reunião, Emmanuel Wambergue, ex-coordenador da CPT de Marabá, ouviu, quando acompanhou uma comissão formada por cinco posseiros da Roncadeira, a seguinte frase do Coronel Carneiro Leão, chefe do INCRA, em Marabá: “Consultei os nossos registros, mas não consta nada da presença desse povo na área da colonização; essas pessoas não deveriam estar lá!” (Entrevista concedida em 07/05/2012). Para o INCRA, o povoado e os modos de vida das pessoas que ali moravam valiam menos do que o interesse do órgão em implantar nessa parte da Amazônia um Projeto de Colonização idealizado pela tecnocracia do governo central.

Além do deslocamento de famílias empobrecidas de outras regiões do país para essa parte do território amazônico, o INCRA procurava controlar a população local. Só mais tarde, depois de muita resistência, esse órgão resolveu deixar ali as famílias, mas destinou aquelas

⁴ Pequenos aglomerados de famílias de trabalhadores rurais que possuíam laços de parentescos ou eram, muitas vezes, migrantes que procediam de uma mesma região. Sobre essa questão ver: VIEIRA (2001) e VELHO (1972).

⁵ O INCRA distribuiu, aproximadamente, 900 lotes entre o km 55 e 120 (do rio Araguaia ao Igarapé Grota dos Veados), no município de São João do Araguaia, sentido leste de Marabá, numa área de 7,5 km de cada lado da rodovia. Ali o órgão não construiu casas ou roças para os colonos (Emmanuel Wambergue, o Mano. Entrevista de quatro horas e sete minutos concedida ao autor, em 10 e 11/05/2010, Marabá (PA); WAMBERGUE, 1999).

terras, onde faziam as suas roças e criavam os seus animais domésticos, ao assentamento de famílias que chegavam de diversas partes do Brasil.

PIC Marabá - traçado geométrico dos lotes, município de São João do Araguaia(PA)



Alguns posseiros que detinham mais de 100 hectares, viram as suas terras divididas e cedidas a outras pessoas. Outros, parte de suas posses ficaram dentro dos limites do Projeto de Colonização e outra parte fora. Muitos tiveram as suas casas de um lado da linha divisória dos lotes e as suas roças e pastagens do outro. Por imposição do INCRA, alguns trabalhadores foram obrigados a optar: ficar com a porção da terra onde estavam as suas casas ou ficar onde estavam as suas roças. O senhor Almir Ferreira Barros, por exemplo, foi obrigado a abrir mão de parte de seus 42 alqueires (203,2800 ha.) que havia posseado antes do início da construção da rodovia e casar-se no civil para permanecer com uma parcela de terras:

Me disseram: "nós vamos fazer a divisão porque agora você ficou dentro da faixa de colonização. Você não pode ficar com mais de um lote. Você procura uma pessoa sua para dar o outro lote". Mas eu disse: "o meu benefício está no segundo lote, eu quero ficar no primeiro aqui onde está a minha casa, o meu sítio, essas coisas, mas os meus pastos estão lá no outro lote". "Mas não tem jeito, tem que dividir no meio". Aí mediram e dividiram no meio. Aí eu disse: "então faz o seguinte, eu vou dar para o meu cunhado. Ele fica aí, ele também está aqui junto, mas não está no lote então eu posso dar para ele mais o pai dele [...]". Nesse tempo eu tinha arrumado uma mulher. Quando eles vieram pegar os documentos me disseram: "se você quiser adquirir a terra você tem que casar civil", aí eu tive que ir lá em Marabá casar civil. Até isso eles

impuseram. "Se não casar no civil você não terá a terra" (Almir Ferreira Barros, entrevista concedida, em 06/11/2010).

Por meio desse fragmento, é possível perceber que o governo da ditadura civil-militar procurou, nos primeiros anos da década de 1970, não só impor à população dessa parte da Amazônia uma proposta que não fazia parte de seus interesses como buscou discipliná-la. Ou seja, usando o discurso de ocupação dos espaços vazios, além de determinar que aquelas terras, há muito tempo ocupadas por trabalhadores rurais, deveriam ser destinadas a concretizar a sua política de colonização da Amazônia, o Governo Federal, por meio do INCRA, decidiu como seriam os traçados topográficos e os tamanhos dos lotes dos colonos ao mesmo tempo em que buscou identificar e manter sob seu controle os posseiros que ali moravam.

3 A IMPLANTAÇÃO DO PIC-MARABÁ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA E SEUS EFEITOS NO SUL E SUDESTE DO PARÁ

A implantação desta parte do PIC-Marabá, no município de São João do Araguaia, foi decidida posteriormente ao início da colonização na Transamazônica. Ou seja, a colonização em São João do Araguaia só se viabilizou porque o Exército havia descoberto, no meio dos posseiros, um grupo de jovens ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) que queria organizar uma ofensiva armada contra o governo central, denominada, mais tarde, como Guerrilha do Araguaia. Os trabalhos do INCRA se intensificaram justamente quando o Exército procurou aniquilar esses militantes do PC do B. A repressão recaiu também sobre os posseiros. O tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, agente do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), um dos principais coordenadores da repressão do Exército aos jovens do PC do B, tentou por diversas vezes, por exemplo, transferir para a agrovila que se construía às margens da Transamazônica, na altura do km 97, os moradores das vilas Santa Rita, Itamerim, Roncadeira e Brejo Grande.

Foi um período em que a rodovia, entre as margens do Rio Araguaia e a cidade de Marabá, tornou-se um espaço totalmente controlado pelo Exército e pela Polícia Militar. Barreiras e blitz eram facilmente encontradas nesse trajeto, como aconteceram diversas vezes nos entroncamentos para os povoados de São Domingos do Araguaia e Brejo Grande. Na vila conhecida por Bacaba, localizada nas proximidades desses dois povoados, o Exército instalou

parte de suas tropas nos alojamentos deixados por uma das empresas que havia trabalhado na abertura da estrada. Qualquer pessoa poderia ser suspeita de ligação com os supostos guerrilheiros. Nem os padres e as freiras que desenvolviam naquelas comunidades rurais, os trabalhos pastorais da Igreja Católica foram poupados do sistema de vigilância e repressão do Exército, como aconteceu com os padres franceses Roberto de Valicourt e Humberto Rialland, da Congregação dos Missionários Oblatos de Maria Imaculada, que haviam chegado à cidade de São João do Araguaia, no início da década de 1970, e a irmã Maria das Graças, Dominicana de Monteil, que também morava naquela localidade. Roberto, Humberto e Maria das Graças foram presos e torturados, em 01/06/1972, suspeitos de serem guerrilheiros ligados ao PC do B, só soltos muitas horas depois por meio da interferência do bispo da Prelazia de Marabá, Dom Estevão Cardoso de Avelar. Conta Roberto de Valicourt:

[...] A Igreja estava cercada por soldados armados. O delegado de polícia de nome Francisco estava feliz da vida porque queria prender a gente. Então celebramos a missa, mas os cantos saíram fraquinhos (risos). Depois saímos, fomos para casa, deixamos as coisas da Igreja e acompanhamos os militares. Eles nos colocaram num jipe, Maria das Graças e eu. Nós fomos, passamos pelo Açaizal, Vila São José e Metade. Na vila Metade eles mandaram a gente se sentar e aí ficaram olhando uns retratos. Muitos retratos. Olhando e comparando. Eles tinham ali as fotografias dos guerrilheiros do Araguaia, chamados os paulistas. Então eles comparavam e diziam: "é ele mesmo". A gente não estava entendendo bem, a gente não sabia de tudo isso. Depois nós voltamos para casa, já era quase meia noite. Fomos dormir. Maria das Graças ficou muito nervosa, eu nem tanto. Eu não estava entendendo muitas coisas da guerrilha, eu não sabia disso ainda. No dia seguinte eles vieram nos buscar. Então fomos no jipe deles: Maria das Graças, eu e um rapaz que morava na entrada de São Domingos, um lutador de circo, ele trabalhava num circo. Fomos nós três no jipe para o rumo de Araguatins [...]. Paramos em Palestina numa casa que parece que era o Correio. Estava cheia de soldados. Lá o negócio foi feio. Começaram logo a me dar uns tapas, me jogaram no chão, me chutaram, botaram os dedos nos meus olhos e falavam: "diga onde está o Humberto! Vocês são todos comunistas. Vocês são todos subversivos! Vocês vão morrer já, já"! Me jogaram no chão, me bateram muito. A Maria das Graças eles humilharam dizendo: "aqui nós não vamos torturar você não, mas em Araguatins tem especialista em tortura de

mulher. Lá eles vão te estuprar, cortar os seus seios, vai ser pior do que o padre que está aqui apanhando viu! Esses cadernos todos aí são subversivos?" Ela tinha uns cadernos com nomes de crianças que seriam batizadas. Ela disse: "são muito novos esses subversivos, seis meses, oito meses"! Foi uma hora de taca. Eu fiquei meio tonto, com os olhos todos inchados. Depois amarraram a gente com umas cordas. Os três com os braços para trás. O rapaz que estava conosco não apanhou. Amarraram a gente com as mãos para trás passando a corda pelo pescoço e nos jogaram, segurando pelos braços e pelos pés que nem porcos, dentro do jipe. Eles foram conversando no jipe: "vocês são terroristas mesmo, vocês vão morrer já já"[...]. Em Araguatins depois que passamos a tarde toda lá, depois que Dom Estevão interferiu, a noite eles disseram: "vocês agora vão voltar para São Domingos". Nos trouxeram de volta para São Domingos do Araguaia. Lá encontramos as irmãs preocupadas chorando, o Humberto também (Roberto de Valicourt. Depoimento gravado em 16 e 17 de janeiro de 2009).⁶

Essa situação narrada pelo padre Valicourt é muito parecida com as relatadas por muitos trabalhadores rurais que foram também presos e torturados pelo Exército durante os anos compreendidos entre 1972 e 1974: aqueles que eram suspeitos de acolher os militantes do PC do B e de lhes fornecer comida, bem como aqueles que foram obrigados a informar ao Exército qualquer movimentação dos supostos guerrilheiros. Outros, porém, sob coação, tiveram de ser guias dos agentes do SNI no meio da floresta (NOSSA, 2012).⁷ A implantação do Projeto de Colonização do Governo Federal às margens da rodovia Transamazônica, no município de São João do Araguaia, foi inserida nesse contexto de repressão do Governo da Ditadura Civil e Militar aos militantes do PC do B no Araguaia. Na estrada denominada de Operacional 3 (OP-3),⁸ aberta pelo Exército para facilitar a movimentação das tropas no meio

⁶ Depoimento dado aos participantes do I Encontro do Grupo OPOMIL (Ordem dos Pregadores; Oblatos de Maria Imaculada; e Leigos), em Palestina do Pará, 16 e 17 de janeiro de 2009, gravado e transcrito pelo autor.

⁷ Antônio Alves Sousa, trabalhador rural que morava na localidade conhecida por Abóbora, em São Geraldo do Araguaia, conta que foi preso e torturado durante 22 dias pelo Exército, acusado de ser um colaborador dos guerrilheiros do PC do B. Antônio Souza era vizinho de Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina, e Antônio Carlos M. Teixeira, o Antônio, seu esposo, guerrilheiros presos e executados posteriormente (Entrevista de uma hora e dez minutos concedida a Adnair Alves Silva e Marilene Pinheiro da Silva Vieira, em Xambioá (TO), no dia 18/07/2009). Relatos de vários trabalhadores rurais presos e torturados durante a Guerrilha do Araguaia podem ser encontrados nos vídeos-documentários "Araguaia: campo sagrado", produzido e dirigido por Evandro Medeiros, Marabá, 2010 e "Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro" produzido pela Fundação Maurício Grabois e dirigido por Vandrê Fernandes, São Paulo, 2010.

⁸ Três estradas Operacionais (OP-1, OP-2 e OP-3) foram abertas pelo Exército para a movimentação de suas tropas. A OP-3 liga a rodovia Transamazônica ao povoado de Santa Izabel, às margens do rio Araguaia; A OP-2 (atual BR-153) une a referida rodovia a São Geraldo do Araguaia passando por dentro da cidade de São

da floresta, o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, assentou alguns ex-guias dos agentes do SNI, como compensação pela caça aos guerrilheiros. Estes apareceram como beneficiários do referido Projeto de Colonização, a partir de 1974 (CONTINI, 1976).

Os posseiros que não aceitaram as condições impostas pelo INCRA, na faixa de colonização, passaram a procurar terras onde havia outros posseiros. “Muitos posseiros”, conta Almir Ferreira Barros,

Ficaram sem a terra. Muitos deles não aceitaram porque tinha medo da colonização porque não entendia. Eles diziam: 'isso aí é uma escravidão que o governo vai impor ao trabalhador rural. Você vai ter todo um controle por eles'. Eles achavam que o agricultor iria produzir, mas não iria armazenar. Quem iria armazenar era o governo, iria montar um armazém para armazenar a produção de todo mundo. O governo só iria te dar aquele tantinho de tua despesa, o outro que iria vender, comercializar o que você plantou e colheu. Então era uma conversa feia. O povo ficou com medo de ser controlado (Entrevista concedida ao autor, em 06/11/2010).

Além dessas questões, a forma de demarcação das terras pelo INCRA influenciou nas decisões dos trabalhadores. Os lotes por eles demarcados levavam em consideração, a relação com o lugar: o curso d'água, o tipo do solo, as montanhas, a vizinhança etc., algo que o INCRA não observava. Mas o receio dos posseiros estava relacionado também à repressão que o Exército vinha fazendo à população local em função da perseguição aos guerrilheiros do PC do B, como mencionado anteriormente. Ali diversos carros, com as inscrições “INCRA”, eram utilizados pelo Exército na repressão à população local. Os posseiros que moravam na localidade conhecida por Faveira e os que estavam próximos das vilas Bom Jesus e Bacaba, onde alguns guerrilheiros também possuíam lotes de terra, foram retirados de suas posses ou totalmente controlados pelo Exército. Já os trabalhadores que foram chegando de outras regiões do Brasil encontravam nas agrovilas⁹ técnicos do INCRA que eram responsáveis pelo cadastramento e sua localização nos lotes. Mas, com frequência, eram deslocados de um lugar para outro, no sentido de concretizar um projeto traçado sem

Domingos do Araguaia e da Aldeia Sororó, dos índios Suruí Aikewara; já a OP-1 possibilita acesso entre a OP-2 e a OP-3.

⁹A agrovila da área de colonização localizada no município de São João do Araguaia se formou no Km 97 da rodovia Transamazônica. Já a agrovila em Itupiranga se situou no entroncamento da rodovia com a estrada que dá acesso à sede daquele município.

conhecimento das condições físicas e climáticas do lugar. Os técnicos do INCRA coordenavam os armazéns, as farmácias, as escolas e as usinas de beneficiar arroz que ali foram instaladas (Emmanuel Wambergue, o Mano. Entrevista concedida em 10 e 11/05/2010). Até os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) foram criados e assessorados por eles, como foi o caso de São do Araguaia, em 1974, e Itupiranga, em 1976. Esse controle só deixou de existir quando, já na Nova República, os posseiros ocupantes de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, assessorados pela CPT, conseguiram organizar um movimento de oposição e ganhar as eleições sindicais.

Já as extensões de terras sob o domínio dos grandes fazendeiros, ao longo da rodovia entre os municípios de São João do Araguaia e Itupiranga,¹⁰ não foram incluídas no rol de áreas designadas ao Projeto de Colonização como aconteceu em Altamira. Enquanto o Decreto-Lei nº 68.433, de 29/03/1971, garantiu a desapropriação de imóveis particulares situados numa área de 64.000 quilômetros quadrados ao longo da rodovia Transamazônica, entre Altamira e Itaituba (BRASIL, 1971a), o Decreto-Lei nº 1.164, de 01/04/1971, diferentemente, preservou as propriedades particulares situadas no raio de 100 quilômetros de cada lado da Transamazônica, entre Estreito (MA) e Altamira (PA) (BRASIL, 1971b). Talvez seja por esse motivo que os grandes imóveis localizados nessa faixa de terras, não foram destinados à colonização. Afinal, a federalização dos 100 quilômetros de terras devolutas de cada lado das rodovias federais, na Amazônia, como previsto pelo referido decreto, foi para viabilizar a implantação dos projetos agropecuários, sobretudo, aqueles destinados à criação de gado bovino (COSTA, 1992).

Em 1973, quando a migração de trabalhadores rurais para a Transamazônica havia superado a expectativa do INCRA, que até então procurava disciplinar o povoamento “espontâneo” na Amazônia, o governo de Emílio Garrastazu Médici passou a priorizar as ações que já vinham desenvolvendo no processo de implantação de grandes empresas na Amazônia. De acordo com o Caderno de Estudos da CNBB nº 13 (CNBB, 1976), numa reunião, em agosto daquele ano, contando com 20 maiores empresários do Centro-Sul do País, que queriam adquirir terras ou captar recursos provenientes dos incentivos fiscais, ou mesmo ampliar as suas propriedades na Amazônia, o Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso declarou que o governo planejava investir, no final de 1973 e durante o ano de 1974, um bilhão de dólares na implantação de grandes empresas na Amazônia. Segundo

¹⁰ Entre estes dois municípios está a cidade de Marabá.

ele, até então, o Estado havia dado ênfase à colonização de pequenos agricultores como uma política social, mas dali para frente a ocupação dessa parte do território nacional entraria na fase dos grandes consórcios (CNBB, 1976). Em maio de 1974, já no mandato de Ernesto Geisel, Lourenço Vieira da Silva, presidente do INCRA, garantiu que o governo substituiria os Programas Integrados de Colonização¹¹ por polos de desenvolvimento na Amazônia. O destaque seria dado à pecuária de corte, aos projetos de colonização por meio de empresas e cooperativas do Centro-Sul do País¹² e à exploração mineral e madeireira porque, para ele, já não havia mais necessidade de o governo trazer famílias empobrecidas das diversas regiões do país para o território amazônico, elas já estavam chegando por conta própria:

Não significa que os projetos de colonização não deram certo, mas sim, devido à desnecessidade de atrair colonos, uma vez que estes estão afluindo para esta região espontaneamente. Assim cabe ao INCRA canalizar racionalmente estes fluxos migratórios e oferecer oportunidades de trabalho simultaneamente a concessões para beneficiar empresas e cooperativas (CNBB, 1986, p. 121).

Esse fragmento do discurso do presidente do INCRA esboça, de certa forma, os propósitos das políticas de desenvolvimento dos sucessivos governos da ditadura civil e militar projetadas para a Amazônia brasileira. O fluxo migratório de milhares de famílias para essa parte do território nacional, além de ter sido planejado, de acordo com o discurso oficial, com o objetivo de esvaziar os conflitos e as tensões sociais no Nordeste e no Sudeste do Brasil, foi um mecanismo potencialmente importante na formação de um mercado de trabalho regional. A denominada redistribuição dos excedentes demográficos na área de atuação da SUDAM, contribuiria na expansão de atividades produtivas exportáveis como a mineração e a pecuária. Foi para esses setores, especialmente o agropecuário, que o governo central canalizou os seus esforços. Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, concessionárias de automóveis, mineradoras e empresas da área de transportes, da construção civil e de estradas do Centro-Sul, investir na criação de gado bovino, com subsídios do Governo Federal. Até meados da década de 1980, cerca de 9 milhões de hectares de terras já haviam sido ocupados por fazendas de gado no sul e sudeste do Pará (KOHLHEPP, 2002).

¹¹ Além dos PICs na Transamazônica, no estado do Pará, outros estavam em funcionamento em Rondônia, como Ouro Preto, Ariquemes, Jiparaná, Ribeiro e Dutra. Cf. Ianni (1979) e Hébette (2004).

¹² Uma experiência frustrada de colonização por meio de empresas privadas foi experimentada em São Felix do Xingu com o Projeto denominado de *Tucumã*, na década de 1980 (SCHMINK&WOOD, 1992).

Em dezembro de 1974, o INCRA havia estabelecido apenas 5.717 famílias nos denominados Projetos Integrados de Colonização (Marabá, Altamira e Itaituba). Um percentual muito inferior à estimativa do Governo Federal que previa assentar, até essa data, 100.000 famílias ao longo da Transamazônica. No *PIC Marabá*, apenas 1.422 famílias estavam instaladas, sendo 873 na altura de Itupiranga e 549 em São João do Araguaia (538 às margens da rodovia e 11 na OP-3) (CONTINI, 1976). Foi a partir deste ano que o órgão deixou de criar condições para a acomodação dos colonos: não promovia mais o transporte de trabalhadores para os núcleos de colonização, nem os remunerava nos seis primeiros meses a título de ajuda de custo e nem realizava obras de infraestrutura necessárias à ocupação dos lotes. Para Almeida (1993), o próprio INCRA e o Ministério da Agricultura passaram a admitir publicamente as suas preocupações com os fluxos migratórios e os conflitos agrários nas áreas consideradas novas e não se eximiram em defender a necessidade de solucionar os problemas agrários nordestinos no próprio Nordeste e deixar a Amazônia à implantação de grandes projetos agropecuários. Nesse período, o movimento guerrilheiro do PC do B já havia sido totalmente aniquilado e as forças militares, que permaneceram na área, já estavam com as suas bases fixadas em Marabá. Nessa cidade, foi instalado o 52º Batalhão de Infantaria de Selva; o 1º Grupo de Artilharia de Companhia da Selva; o 23º Batalhão Logístico da Selva; a 23ª Companhia de Comunicações de Selva e o 33º Pelotão de Polícia do Exército.¹³

Mas os oficiais militares ficaram preocupados com os conflitos de terras e com a presença de alguns padres, principalmente estrangeiros, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins nos anos que sucederam a 1975. Eles acreditavam que o clero estava incentivando e apoiando a luta dos trabalhadores rurais pela terra. Para eles, o trabalho pastoral da Igreja Católica no campo era orientado pelo PC do B, porque, segundo eles, o partido não tinha abandonado a ideia de continuar a luta armada no Araguaia contra o regime civil-militar e tinha adotado, como estratégia, a organização e conscientização da população por meio das reivindicações mais imediatas dos trabalhadores rurais que era a posse da terra (CIE, 1976). Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, passou a percorrer a zona rural de São João do Araguaia, Brejo Grande, São Geraldo, São Domingos do Araguaia, Palestina e Conceição do Araguaia distribuindo leite em pó, brinquedos e remédios para a população. Ao mesmo

¹³ Após o término da Guerrilha do Araguaia, o Exército permaneceu ao longo da rodovia Transamazônica, entre Imperatriz (MA) e Itaituba (PA). A Companhia de Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Marabá, coordena, hoje, além das unidades militares abrigadas em Marabá: o 50º Batalhão de Infantaria da Selva (Imperatriz - MA), o 51º Batalhão de Infantaria da Selva (Altamira-PA), o 53º Batalhão de Infantaria da Selva (Itaituba-PA) e o 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva (Tucuruí-PA). São cerca de 5.600 soldados.

tempo, interferia na organização dos STRs e nos conflitos de terra. Pedia aos trabalhadores rurais para não participarem das missas e nem receberem em suas casas os padres das prelaças de Marabá e de Conceição do Araguaia (SNI, 1981; MOURA, s/d). Para substituí-los, levou à estrada Operacional 3 (OP-3), por diversas ocasiões, um Capelão Militar para celebrar missas e fazer batizados à revelia de Dom Alano Pena, bispo da Prelazia de Marabá (CAMPOS FILHO, 2003; BODANZKY e SALEN, 1986).

Foi nessa época que o INCRA passou a fazer a discriminação das terras do sul e sudeste do Pará, sob o efeito do Decreto-Lei nº 1.164, procurando identificar as áreas de terras devolutas com vistas a sua regularização em nome daqueles que a requeriam. Por esse meio o órgão identificou os denominados “excessos” ou “sobras de terras” de muitos castanhais com títulos definitivos ou de aforamentos. Essas “sobras de terras” foram regularizadas em nome de parentes dos proprietários desses castanhais. Em 1974, embora mantendo a sua sede em Marabá, o INCRA abriu um escritório em São Geraldo do Araguaia, distrito de Conceição do Araguaia. Ali já estava instalado o Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (BEC), remanescente dos combates ao movimento guerrilheiro do PC do B. Naquele distrito, as tropas abriram algumas estradas e, em conjunto com o INCRA, passaram a prestar alguns serviços assistenciais como consultas médicas e odontológicas, distribuição de remédios, etc. Foi nesse contexto que ocorreu o confronto armado entre os posseiros de Perdidos e a Polícia Militar, em outubro de 1976, quando o INCRA fazia a demarcação das terras que haviam pertencido à Fundação Brasil Central,¹⁴ separando-as das terras devolutas. Essa demarcação teria sido uma exigência da Indústria Madeireira Paraense e Agropecuária Ltda (IMPAR), do grupo Óleo Pacaembu, que possuía onze glebas de 4.356 hectares cada uma, com títulos cedidos pela Fundação Brasil Central. Mas os posseiros não aceitaram a imposição do INCRA e enviaram a Belém, um representante para tentar garantir os seus direitos. Jogado de um lado para outro, Joel Rodrigues de Souza, posseiro daquela localidade, voltou para casa sem ter resolvido a questão. Foi também a Brasília tentar providências junto ao Ministério da Justiça. Quando lá estava, o INCRA de São Geraldo do Araguaia convocou a PM para dar cobertura à demarcação das terras. No dia 27 de outubro

¹⁴ A Fundação Brasil Central (FBC) foi criada em 04 de outubro de 1943, por Getúlio Vargas (Decreto- Lei nº 5.878), com o objetivo de colonizar parte da Amazônia brasileira e do Brasil Central cedendo lotes com mais de 3.000 hectares à iniciativa privada. As terras localizadas à margem esquerda do rio Araguaia, num total de 50 milhões de hectares, foram doadas à Fundação Brasil Central (FBC), em 1945, pelo então interventor federal Coronel Magalhães Barata. Em 1961, sob a Lei Estadual 3.196, o Governador do Pará Moura Carvalho revogou as doações a FBC, mas considerou os títulos de 35 glebas expedidos pela Fundação, numa área de 152.000 hectares (FIGUEIRA, 1986, p.20).

daquele ano, os posseiros mandaram avisos ao INCRA e à PM dizendo para não prosseguirem com a demarcação porque lhes prejudicava. Nesse mesmo dia, uma carta de Dom Estevão Cardoso de Avelar, bispo de Conceição do Araguaia, em apoio aos posseiros, foi lida na Rádio Educadora do Araguaia, da Prelazia, porque ele sabia que o clima já estava tenso na área. Além de expor o apoio e solidariedade aos posseiros, Dom Estevão dizia, naquela carta, que estava enviando o Padre Florentino Maboni para estar com eles.

A Vila São Geraldo não possuía vigário, mas contava com três jovens leigos, agentes de pastorais, vindos do Rio de Janeiro, que percorriam as comunidades a pé, quando adentravam a mata, ou de canoas pelo rio Araguaia e seus afluentes. Mas o Exército via o trabalho desses três jovens com suspeita ante a problemática da guerrilha ocorrida entre 1972 e 1974 e os proibiu de se ausentarem da vila. Por essa razão, Dom Estevão Cardoso de Avelar os retirou de lá. Em seguida, voltaram para o Rio de Janeiro. Como se acirravam cada vez mais as tensões entre os posseiros, grandes empresários rurais e o INCRA, o bispo e os padres reunidos no Conselho Diocesano, em Conceição do Araguaia, deliberaram que Florentino Maboni, padre de Santo Ângelo (RS), recém-chegado à Prelazia, iria ao local do conflito em nome do bispo. Como ele havia chegado há pouco tempo, acreditavam que não seria acusado de ligação com os posseiros (FIGUEIRA, 1986). Padre Maboni, fazendo-se acompanhar pelo seminarista Hilário Lopes da Costa,¹⁵ que conhecia o trajeto até Perdidos, só chegou à Boa Vista, vila daquela localidade, às margens do rio Araguaia, no final do dia 27 de outubro, quando os moradores já se encontravam em pânico. Dois soldados da PM haviam sido mortos e dois outros tinham saído feridos. Subestimando a força dos posseiros, o INCRA e a PM continuaram com a demarcação das terras a pedido da IMPAR. Dezoito policiais coordenados pelo tenente Walmary se viram no meio de uma trincheira preparada pelos posseiros. Os soldados Ézio Araújo dos Santos e Claudomiro Rodrigues da Fonseca morreram no local. Máximo e Rui da Silva saíram feridos (João de Deus Medrado de Abreu. Entrevista concedida ao autor em 12/07/1993). O enterro dos dois soldados, em Belém, foi realizado com a participação de autoridades militares e civis com destaque nos principais jornais paraenses. O governador do Pará, Aloysio Chaves¹⁶, ajudou a carregar os caixões e não deixou de falar que subversivos estranhos haviam insuflado os posseiros (FIGUEIRA, 1986).

¹⁵ Hilário Lopes da Costa, ex-padre, é hoje agente e agrônomo da CPT de Tucuruí.

¹⁶ Aloysio da Costa Chaves (ARENA), ex-reitor da Universidade Federal do Pará e ex-Juiz do Trabalho, foi Governador do Pará (1975-1979) e Senador da República (1979-1987) (PETIT, 2003).

Padre Maboni e Hilário Costa procuraram tranquilizar os trabalhadores rurais que estavam com muito medo da repressão policial. De fato, no dia 30 de outubro, cerca de 50 policiais militares entraram na área, queimaram diversas casas, prenderam e torturaram cerca de cem pessoas. O Exército interveio, intensificando a repressão à população local. Trinta dos posseiros presos foram levados para Belém e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Padre Maboni e Hilário foram também presos e torturados. Hilário foi liberado no dia 8 de novembro daquele ano, mas Maboni permaneceu preso e foi transferido no dia 12 de novembro para Belém. Dom Estevão de Avelar foi submetido a longos interrogatórios e também enquadrado na Lei de Segurança Nacional. O mesmo aconteceu com Dom Alano Maria Pena, bispo recém-empossado em Marabá, que se envolveu no caso apoiando o bispo de Conceição do Araguaia e os posseiros de Perdidos. A imprensa não se eximiu de publicar as declarações dos militares contra a Igreja. A CNBB distribuiu uma nota acusando o General Ernesto Geisel e o Conselho de Segurança Nacional pelos conflitos em Perdidos e pelos atos violentos da polícia contra os posseiros e contra os padres do Araguaia. Em fevereiro de 1978, finalmente os bispos e os posseiros foram inocentados (FIGUEIRA, 1986; RESISTÊNCIA, 1989).

Mas o Decreto Estadual nº 9.203, de 15 de julho de 1975, assinado pelo então governador do estado, Aloysio da Costa Chaves, foi também um dispositivo legal que contribuiu para a apropriação de terras consideradas devolutas por parte de grandes fazendeiros do sul e sudeste do Pará. Conforme consta no terceiro parágrafo do Art. 197 da referida lei, os fazendeiros que possuíam títulos de aforamentos teriam “[...] o direito de incluir em seus aforamentos os excessos de áreas existentes entre os limites naturais constantes de seus títulos e as superfícies neles consignadas, ou efetivamente ocupadas, desde que esse excesso, em cada lote, não ultrapasse a 50% da área aforada” (LOUREIRO, 1992, p. 111). O Instituto de Terras do Pará (ITERPA), criado logo depois (PARÁ, 1975), foi o órgão que, em parceria com o INCRA, atuou na discriminação e na regularização de terras devolutas, procurando colocar em prática essa lei. Ou seja, não só o Governo Federal, com base no Decreto-Lei nº 1.164, de 01 de abril de 1971, e na Lei 6.383, de 07 de dezembro de 1976,¹⁷ buscou regularizar os imóveis de empresários e de fazendeiros que se apropriavam de terras devolutas, no sul e sudeste paraense, como também, o Governo do Estado do Pará, em

¹⁷Enquanto o Decreto-Lei nº 1.164/71, repassou para a União as terras devolutas localizadas na faixa de cem quilômetros de cada lado das rodovias federais, na Amazônia, a Lei 6.383/76, estabeleceu o processo discriminatório das terras devolutas da União e incumbiu o INCRA por esse trabalho.

consonância com o Governo Federal, destinou grandes extensões de terras à iniciativa privada por meio da alienação de terras públicas que estavam sob sua jurisdição. Muitos donos de castanhais pertencentes às famílias tradicionais do sudeste paraense como os Mutran, os Azevedo, os Moraes, os Chamié e os Almeida puderam, por esse meio, incorporar aos seus aforamentos ou regularizar áreas de terras que estavam ocupando (EMMI, 1987).

Foi nesta conjuntura, mais precisamente a partir do início de 1979, quando os Programas Integrados de Colonização-PICs (Marabá, Altamira e Itaituba) não passavam dos 7.674 famílias assentadas,¹⁸ que a colonização ao longo da rodovia foi totalmente desativada. As famílias que não foram expropriadas pela Barragem da Hidrelétrica de Tucuruí, como aconteceu com cerca de 620 famílias do município de Itupiranga (MOUGEOT, 1986), uma vez sem apoio dos órgãos governamentais e num ambiente alheio à sua tradição cultural, viram-se obrigadas a abandonar os seus lotes ou vendê-los para outros migrantes com melhores condições econômicas.

4 CONCLUSÃO

Na prática o denominado *PIC-Marabá* foi executado longe dos limites do município de Marabá e não atingiu as grandes extensões de terras de fazendeiros e de empresários da castanha-do-pará, do sudeste paraense. Dom Alano Pena, bispo de Marabá, em seu depoimento à CPI da Terra, em 27/04/1976,¹⁹ disse aos deputados que os trabalhadores rurais traduziam a sigla do INCRA como “Infelizmente Nada Conseguimos Realizar na Amazônia” (PENA, 1976). Hoje em São João do Araguaia é difícil ver os vestígios de um projeto que prometia terras e melhores condições de vida aos trabalhadores rurais empobrecidos de diversas regiões do País, principalmente nordestinos. Segundo Hébette (2004, vol. II),

[...] os frutos da colonização oficial não corresponderam, nem de longe, às expectativas despertadas por uma propaganda irresponsável motivada por objetivos políticos ou puramente comerciais. Seria injusto atribuir ao INCRA a origem de todas as frustrações. Muitos dos fracassos registrados se devem mais à política agrícola global do Estado, à marginalização generalizada da pequena produção de alimentos, à pressão dos objetivos de Segurança Nacional (p. 284).

¹⁸ Sendo 3.035 famílias, em Marabá, 3.595, em Altamira e 1.044, em Itaituba (WAIKER, 1997, p. 13).

¹⁹ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Fundiário Brasileiro, conhecida como *CPI da Terra*, foi criada pela Resolução nº. 23/76 com o objetivo de investigar as irregularidades das atividades ligadas ao sistema fundiário de todo o território nacional (BRASIL, 1979).

Contudo, se levarmos em consideração as estratégias dos militares, com o discurso de ocupação dos espaços vazios na Amazônia, podemos perceber que a colonização na Transamazônica funcionou, talvez, como um dos principais estímulos à migração para o sul e o sudeste do Pará. Se fizermos um levantamento sobre os fluxos migratórios para essa parte do território amazônico, vamos perceber que em menos de cinco anos não foi preciso mais o Governo Federal investir na propaganda, no transporte e no assentamento de famílias empobrecidas de diversas regiões do Brasil, ao longo dessa rodovia. Centenas de trabalhadores passaram a chegar por sua própria conta. Esse movimento pode ser verificado em quase todos os municípios do sul e sudeste do Pará durante os anos de 1970 e na década seguinte (WAIKER et al., 1997). Segundo informações de Dom Alano Maria Pena à CPI da Terra, em abril de 1976, quando falava sobre a colonização na Transamazônica,

Foi praticamente inviável a tentativa de se fazer centros de triagem para colonos, no início do processo migratório, quando se chegou a um índice de entrada no sul do Pará de cerca de 15 mil colonos por ano (PENA, 1976, p. 29).

Os municípios de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia, Tucuruí e Jacundá saíram de 57.510 habitantes, em 1970, para 187.336, em 1980, com crescimento de 225.75%. Já os municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e São Felix do Xingu, mais ao sul do estado, contavam com 40.370 habitantes, em 1970 (IBGE, 1973; 1983), passando para 130.029, em 1980, com crescimento de 222.09%.²⁰

Vale dizer que grande parte dessas famílias de trabalhadores rurais passou a ocupar muitas das propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos que margeavam a Transamazônica e demarcar, elas mesmas, as terras em lotes de 100 hectares cada, como aconteceu com centenas de famílias que chegaram em busca da terra e não encontraram apoio do INCRA nos municípios de São João do Araguaia e Itupiranga. Para Emmanuel Wambergue, ex-coordenador da CPT de Marabá,

A grande luta dos posseiros não era propriamente a dos que já estavam estabelecidos, eram posseiros que ocuparam grandes propriedades, trabalhadores que chegavam pelo funil da

²⁰Esses municípios, a partir da segunda metade da década de 1980, foram divididos dando origem a outros municípios, abrigo, hoje, mais de um milhão de pessoas (IBGE, 2012).

Transamazônica e começaram a ocupar as áreas continuando, no primeiro momento, a colonização oficial" (Entrevista concedida em 11/05/2010, já citada)

Os primeiros imóveis ocupados foram o Castanhal Rainha, em Itupiranga, e os Castanhais Cuxiú, Veneza, Consulta, Ubá, Araras, Cotovelo, Santo Antônio I e Santo Antônio II, em São João do Araguaia. Os trabalhadores que ocuparam o Castanhal Santo Antônio, por exemplo, penetraram a partir do Castanhal Cuxiú, que já estava ocupado, com base na rodovia Transamazônica. Esses trabalhadores se juntaram a algumas famílias de castanheiros que lá estavam estabelecidas e dividiram os seus lotes em 100 hectares cada. Assim como em outras áreas, foram intensos e violentos os conflitos pela terra nesses imóveis.

Mas tantos outros trabalhadores rurais, também atraídos pelas políticas de desenvolvimento do Governo Federal, antes mesmo de chegarem aos núcleos de colonização ou de tentarem empregos na abertura de estradas, como exemplo, a PA-150, em serrarias ou em fazendas, passaram a ocupar diversos imóveis com projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, como ocorreu em Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia. Uma pesquisa encomendada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), por exemplo, constatou que os municípios de Jacundá, Marabá e Conceição do Araguaia detinham, sozinhos, 70 dos 108 conflitos de terra ocorridos no estado do Pará, entre 1980 e 1981, fruto de ocupações de imóveis improdutivos pelos trabalhadores rurais (SANTOS FILHO e PORTO, 1984).

Essas ações dos trabalhadores rurais trouxeram para a cena pública as demandas por terras e, conseqüentemente, o debate sobre a reforma agrária, ainda no período ditadura civil-militar e, sobretudo, por ocasião da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), da Nova República. Diversos imóveis improdutivos que haviam sido ocupados pelos trabalhadores nas décadas de 1970 e 1980, foram desapropriados nos anos que sucederam o fim do regime civil-militar e ali criados os primeiros Projetos de Assentamentos.²¹ Hoje, segundo o INCRA, existem 71.527 famílias de trabalhadores rurais assentadas em projetos de reforma agrária, no sul e no sudeste do Pará, ocupando 4.646.595 hectares de terras (INCRA, 2015). Não deixando de considerar que existem ainda centenas de grandes imóveis improdutivos, nessa parte do território amazônico, indicativo principal, talvez, da

²¹ Embora o Governo Federal tenha feito algumas desapropriações por interesse social, no sul e no sudeste do Pará, em razão das tensões e dos conflitos agrários, foi somente a partir de 1987 o início da política de criação de Projetos de Assentamentos nessa parte do território amazônico (PEREIRA, 2013).

permanência dos conflitos e das violências em torno das disputas por terras, as ações dos trabalhadores rurais, principalmente migrantes que chegaram atraídos pela colonização da Transamazônica durante o regime civil-militar, implicaram, pelo menos em parte, na reterritorialização do espaço agrário regional e colocaram em questão o desenvolvimento, idealizado pelos sucessivos governos da ditadura civil-militar, fundamentado na grande propriedade da terra.

**COLONIZATION IN TRANSAMAZÔNICA DURING THE GOVERNMENT THE
EMILIO GARRASTAZU MEDICI**

Abstract

This paper analyzes the settlement on the banks of the Trans-Amazon highway in the municipality of São João do Araguaia, in southeastern Pará, during the government of Emílio Garrastazu Médici. In this municipality, said colonization was accomplished when the military tried to suppress guerrilla movement of the B PC militants at the junction of the Araguaia and Tocantins rivers. There, not only members of the Catholic Church were persecuted, but also many rural workers were arrested and tortured and / or required to be guides army in the hunt for guerrillas. In 1974, after the guerrilla annihilation, INCRA abandoned the colonization project and many families, who had come from different parts of Brazil attracted by colonization, finding no support from INCRA, came to occupy numerous properties with unproductive definitive securities or of *aforamentos*, starting with those who lined the highway, causing intense and protracted conflicts with farmers, owners of these lands.

Keywords: Colonization in Transamazônica Highway; Repression. Land Conflicts

**COLONIZACIÓN EN TRANSAMAZÔNICA DURANTE EL GOBIERNO DE
EMILIO GARRASTAZU MEDICI**

Resumen

Este trabalho analisa el asentamiento a orillas de la carretera Transamazônica, en el municipio de São João do Araguaia, en el sudeste de Pará, durante el gobierno de Emílio Garrastazu Médici. En este municipio, dijo que la colonización se llevó a cabo cuando los militares trataron de reprimir el movimiento guerrillero de los militantes de PC do B en la confluencia de los ríos Araguaia y Tocantins. Allí, no sólo los miembros de la Iglesia Católica fueron perseguidos, pero muchos trabajadores rurales fueron detenidos y torturados y/o requeridos para ser guías del ejército en la lucha por la guerrilla. En 1974, después de la aniquilación de la guerrilla, el INCRA abandonó el proyecto de colonización y muchas familias que habían venido de diferentes partes de Brasil, atraídos por la colonización, al no encontrar el apoyo de INCRA, llegó a ocupar numerosas propiedades improductivos con títulos definitivos o de aforamientos, empezando por los que se alineaban en la carretera, provocando conflictos intensos y prolongados con los grandes agricultores, los propietarios de estas tierras.

Palabras clave: La colonización en Transamazônica; La represión; Los conflictos de Tierras

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e Mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional (Seção I) - (Suplemento)*. Ano XXXIV – Suplemento ao nº 121, Capital Federal, Sexta-feira, 28/09/1979, p. 1233-1263.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 68.443, 29/03/1971, *DOU* de 30.3.1971a.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de Abril de 1971. *DOU*, Seção 1, 02/04/1971b.
- BODANZKY, Jorge & SALEN, Helena. *Igreja dos oprimidos*. Direção de Jorge Bodanzky. Rio de Janeiro: Luiz Carlos Barreto Produções Cinematográficas, 1986.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 2003.
- CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO-CIE. *Guerrilha Rural - documento básico*, 1976. 14f. (datilografado).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL-CNBB. *Pastoral da terra: posse e conflitos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976.

CONTINI, Elísio. *A colonização na Transamazônica: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública, 1976, p. 144-145.

COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico Pará*. VIII Recenseamento Geral 1970, Vol. 1, Tomo IV. Rio de Janeiro, maio de 1973;

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico: dados distritais (Pará)*. IX Recenseamento Geral do Brasil 1980, Vol. 1, Tomo 3, n. 4. Rio de Janeiro, 1983.

HAMILIN, Phillip. O Fracasso anunciado. *Museu Paraense Emilio Goeldi: Coleção Eduardo Galvão*, 1991.

HEBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: ADUFPA, 2004 (Vol. II).

IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1979.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. *Cidades*. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em: 26 Out. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-*Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária*, Marabá, 2015.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, v.16, n. 45, 2002, p. 37-61.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem e natureza*. Belém: CEJUP, 1992..

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Sog o signo da fé*. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). Brasília: Presidência da República/Biblioteca da Presidência da República, 1970.

PEREIRA, Airton dos Reis.

MOUGEOT, Luc J.A. Aménagements hydro-électriques et réinstallation de populations en Amazonie : les premières leçons de Tucuruí, Para. *Cahiers des Sciences Humaines*, 1986, 22 (3/4), p. 401-417.

MOURA, Sebastião Rodrigues. *Relatório de Operações*. Operação Bamerindus. Itaipavas. s/d – Arquivo CPT de Marabá.

NOSSA, Leonencio. *Mata: o Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PARÁ. *Lei n° 4.584*, de 08/10/1975. DOE n° 23.130, de 15/11/1975.

PENA, Dom Alano Maria. Amazônia: “terra sem homens” ou homens sem terra? Depoimento de Dom Alano Maria Pena, O.P., bispo de Marabá-PA à CPI da Terra, 27/04/1976. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano VII, n° 02, março/abril, 1976, p. 18-33.

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013. 278f. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife.

PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-64*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

RESISTÊNCIA. *Morte*. Belém, Março de 1989.

SANTOS FILHO, J.; PORTO, M. Y. A geografia da violência e algumas presenças em conflitos pela posse da terra. *Reforma Agrária*, Campinas, v.14, n° 01, jan./fev., 1984, p. 03-35.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO/AGÊNCIA CENTRAL. *Informação n°1137-A/SPC/AC/81*. SNI, 07/07/1981 (com carimbo de “confidencial”) – Arquivo CPT de Marabá.

WAIKER, Robert Toovey et al. As contradições do processo de Desenvolvimento Agrícola na Transamazônica. *Documentos n° 93*, Belém: Embrapa Amazônia Oriental, Agosto, 1997, p. 28.

WAMBERGUE, Emmanuel. *L'arbre politique: les organisations paysannes pour la conquête de la terre dans la région de Marabá sur un front pionnier de la transamazonienne au Brésil*. 1999. Dissertation (Master en Agronomie Tropicale) – Centre National d'Etudes Agronomiques des Régions Chaudes, Montpellier, França.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *À procura das Bandeiras Verdes: Viagem, Missão e Romaria. Movimento Sócio-religioso na Amazônia Oriental*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2001;

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Data de recebimento: 24/07/2015

Data de aceite: 11/08/2015